



Anais da Assembléia

Nº 78

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 31 DE AGOSTO DE 1989

ANO XV

Atos da Presidência

RESOLUÇÃO Nº 041/89

DATA: 29.08.89

SÚMULA: Denomina "DEPUTADO LEOVEGILDO SALLES" o auditório "B" do Edifício Tancredo Neves.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica denominado "Deputado Leovegildo Salles" o Auditório "B" do Edifício Tancredo Neves.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 29.08.89

(a) ANIBAL KHURY
PRESIDENTE

Autor do Projeto:

Deputado Tadeu Lúcio Machado

RESOLUÇÃO Nº 042/89

DATA: 29.08.89

SÚMULA: Autoriza a realização de plebiscito, no Município de Palotina para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Maripá.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito, na área adiante descrita, no Município de Palotina, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Maripá.

"AO NORTE

Delimita-se pela Divisa Norte da Fazenda Britânia, com Parte Remanescente do Município de Palotina;

AO LESTE

Delimita-se pela Divisa Leste da Fazenda Britânia, com o Município de Assis Chateaubriand e com Parte Remanescente do Município de Palotina;

AO SUDOESTE

Delimita-se pelo Lajeado Jaguarundi e pelo Arroio 18 de Abril, com o Município de Toledo;

AO OESTE

Delimita-se por linhas secas e pela Sanga Real, com o Município de Nova Santa Rosa;

DELIMITAÇÃO

Iniciou-se no Marco 22/135, situado no Km 0 da Divisa Leste da Fazenda Britânia,

seguindo-se daí na direção geral Oeste, pela divisa do Lote Rural nº 22 com os Lotes Rurais nºs 136, 135, 134 e 133, com os rumos de 271°51'; 180°55' e 270°50', respectivamente nas distâncias 412,2 m; 192,3 m e 1.242,0 m, alcançando-se a margem direita do Arroio 18 de Abril, prosseguindo-se daí por esse abaixo até a confluência do Lajeado Jaguarundi e daí por esse abaixo até o Marco 16/71 e daí na direção Nordeste, pela divisa dos Lotes Rurais 71, 72, e 52 com os Lotes Rurais nºs 16 e 17, com o rumo de 30°38', numa extensão de 3.180,0 m, até a margem esquerda da Sanga das Antas, e daí por essa abaixo até o Marco 43/44, colocada na margem oposta. Desse ponto seguiu-se na direção Nordeste, pela divisa dos Lotes Rurais nºs 43 e 44; 43 e 60; 60 e 61 e 53 e 64, consecutiva com os rumos de 29°59'; 279°06'; 29°59' e 356°14', respectivamente nas distâncias de 1.757,0 m; 100,0 m; 965,0 m e 810,0 m alcançando-se a cabeceira da Sanga Real, prosseguindo-se daí por essa abaixo até a Divisa Norte da Fazenda Britânia, prosseguindo-se daí por essa na direção Leste; com o rumo de 90°00', numa extensão de 19.530,8 m, e daí pela divisa Leste da referida Fazenda, na direção Sul, com o rumo de 180°00' numa distância de 22.831,6 m, onde encontrou-se novamente o Ponto de Partida acima descrito."

PERÍMETRO URBANO

"Tem como ponto inicial e final o entroncamento da Rua Vasco da Gama com a Rua Felipe Camarão. Segue pela Rua Felipe Camarão até encontrar com a Rua Luís de Camões, por esta até a Rua Casimiro de Abreu, por esta até a Rua Vasco da Gama, por esta até o entroncamento com a Rua Felipe Camarão ponto inicial e final."

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 29.08.89

(a) ANIBAL KHURY

PRESIDENTE

RESOLUÇÃO Nº 043/89

DATA: 29.08.89

SÚMULA: Denomina "DEPUTADO BENEDITO LÚCIO MACHADO" o auditório "A" do Edifício Tancredo Neves.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica denominado "DEPUTADO

BENEDITO LUCIO MACHADO" o Auditório "A" do Edifício Tancredo Neves.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 29.08.89.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

Autoria do Projeto:

Deputado PIRAJÁ FERREIRA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA
ATA DA 63ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 31 DE AGOSTO DE 1989.

QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado José Afonso Júnior, secretariada pelos Senhores Deputados Werner Wanderer e Lindolfo Júnior. À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessuti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acyr Mezzadri, Amélia Hruschka, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Netto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caio Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Alves, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert. (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior)
Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, as qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 63/89

Curitiba, 29 de agosto de 1989.

Senhor Presidente.

Nos termos dos artigos 22, inciso IX, "in-fine" e 41, § 3º da Constituição Estadual, tenho a honra de submeter à alta apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa a indicação do Deputado Nestor Baptista, para ocupar o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado.

A notória experiência profissional do indicado como Advogado, Jornalista e Deputado Estadual em várias legislaturas, conferem-lhe plenas condições para exercer com a maior eficiência as elevadas funções de Conselheiro da Corte Estadual de Contas.

Para que essa Augusta Casa de leis possa melhor julgar o acerto da indicação ora formulada, é anexado "curriculum vitae" do Deputado Nestor Baptista onde está sucintamente demonstrada sua grande capacidade o exercício do mencionado cargo.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

A Diretoria Legislativa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1744

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 220/89, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Ipiranga, Estado do Paraná, o imóvel que especifica.

Sala das Sessões, em 31.08.89.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO Nº 1766

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA ao Projeto de Lei n. 209/89, que declara de Utilidade Pública Estadual o Hospital de Caridade São Pedro de Mallet, com sede foro na cidade Mallet.

Sala das Sessões, em 31.08.89.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO Nº 1762

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pela Resolução n. 112/86, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, dispensa da dis-

cussão e votação para os projetos aprovados em 3.^a discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 31.08.89.

(a) VERA AGIBERT

REQUERIMENTO N° 1770

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei n. 174/89 e posterior anexação do mesmo ao Projeto de Lei n. 149/86, por se tratar de matéria correlata e de idêntico teor.

Sala das Sessões, em 31.08.89.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

O encaminhamento de nosso requerimento, prende-se ao fato de que se encontra em tramitação nesta Casa de Leis, desde junho de 1986, o Projeto de Lei n. 149/86, de autoria do ilustre Deputado Artagão Mattos Leão, com emenda modificativa apresentada pelo Deputado que o presente subscreve, aprovada por este Plenário em 07.06.89, cujas matérias são correlatas e de idêntico teor.

Nosso Regimento Interno prevê que, quando houver duas ou mais matérias com o mesmo assunto e com o mesmo teor, deverão as demais serem anexadas à primeira, para que não haja tramitação simultânea de matérias correlatas.

REQUERIMENTO N° 1761

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer, após ouvido o Plenário, seja colocado em 1.^a Discussão o Projeto de Lei n. 132/89, que concede pensão de 02 (dois) salários de referência à viúva do ex-Prefeito do Município de Terra Roxa, JUCILDA PACHECO ANTONELLI, na próxima Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 31.08.89.

(a) DIRCEU MANFRINATO

REQUERIMENTO N° 1754

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento do Senhor FELIPE ZENI, ocorrido no dia 29 de agosto, do corrente ano, no Município de Piraquara.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada no seguinte endereço: Avenida Getúlio Vargas - 109 - Município de Piraquara.

Sala das Sessões, em 31.08.89.

(a) PIRAJÁ FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

No dia 29 de agosto de 1989, faleceu o Senhor Felipe Zeni, viúvo, deixa três filhos. O extinto foi Prefeito de Piraquara durante os anos de 1946 a 1950 e de 1955 a 1960. O passamento do Senhor Felipe Zeni, veio abrir grande lacuna no seio de sua família, bem como de todo o grande círculo de amizades que possuía.

Hoje, uno-me à população de Piraquara, que entristecidos desejamos endereçar à família Zeni, voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos possa confortar.

REQUERIMENTO N° 1765

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Dr. DALVIM BANDEIRA DE LIMA, ocorrido nesta Capital em 10 de agosto de 1989.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 31.08.89.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com a idade de 54 anos, faleceu nesta Capital, o Médico Reumatologista, Dalvim Bandeira de Lima deixando viúva a Senhora Claurinda e 4 filhos.

Doutor Dalvim Bandeira de Lima pertencia à tradicional família do Município de Campina Grande do Sul.

O passamento do Dr. Dalvim veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu grande círculo de amizade entre os quais este Deputado.

Com o falecimento do Dr. Dalvim perde a sociedade, perde a Medicina e perde a família, o pai, o esposo, o grande amigo.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nossos corações a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de seu Servo Dalvim.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Bandeira de Lima, endereçando a ela voto de profundo pesar rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 1771

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de pesar pelo falecimento de EDSON DA COSTA CONSENTINO, ocorrido em Natal, Rio Grande do Norte, em 26 de agosto de 1989.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência à família do extinto, dirigindo-se correspondência ao Ilustríssimo Senhor PEDRO CONSENTINO - Rua João Vitor de Andrade, 145 - CEP 86.870 - Ivaiporã - Pr.

Sala das Sessões, em 31.08.1989.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1772

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER a inserção em Ata dos trabalhos da sessão de hoje desta Assembléia Legislativa, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor TEODORO GONÇALVES DA CRUZ, ocorrido em Mandaguçu-Pr. Da decisão, Requer, outrossim, seja dado conhecimento à família do extinto, na pessoa da viúva, Dona Maria Alice Pereira da Cruz.

Sala das Sessões, em 31.08.1989.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

A sociedade mandaguçuense foi surpreendida pela súbita e prematura morte do agropecuarista Teodoro Gonçalves da Cruz, pessoa conhecida e respeitada nos meios sociais da cidade.

Paulista de Duartina, casado com a Senhora Maria Alice Pereira da Cruz e pai de seis filhos, o extinto faleceu aos 60 anos, vítima de derrame cerebral.

Graças ao extenso relacionamento que mantinha com os mais diversos setores da comunidade mandaguçuense e à própria expressão da família do homenageado, o inesperado falecimento de Teodoro Gonçalves da Cruz provocou verdadeiro impacto em todos os meios.

Entendemos oportuno que esta Assembléia se una também às centenas de manifestações de pesar, a fim de fazer chegar, à família enlutada, as expressões de sua solidariedade pela irreparável perda.

REQUERIMENTO N° 1774

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de pesar pelo falecimento do Senhor JOÃO GABARDO NETO, ocorrido na cidade de Pato Branco em 30 de agosto de 1989. O extinto era pai do atual Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, Doutor João Olivir Gabardo e do ex-Prefeito de Paula Freitas, Senhor Jamil Gabardo.

Que, da decisão desta Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 31.08.1989.

(a) HERMAS BRANDÃO

Apoio: ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 1780

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado votos de pesar à família da Senhora NADIR ALEGRETTI, pelo falecimento da mesma, ocorrido no dia 29 de agosto, na Cidade de Maringá.

Sala das Sessões, em 31.08.1989.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Professora NADIR MARIA ALEGRETTI, faleceu no dia 29/08/89, aos 62 anos, foi Diretora Extraordinária da Secretaria de Cultura, Desportes e Turismo, em 1.973, no final do mesmo ano, assumiu a Secretaria da mesma Pasta. Foi também, professora de Direito da UEM.

REQUERIMENTO N° 1753

SÚMULA: Requer envio de votos de congratulações para com o Dr. Dorival S. Vianna, Diretor de Marketing e Comunicação Social do Banco do Estado do Paraná.

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação no Plenário, seja oficiado votos de congratulações para com o Dr. Dorival S. Vianna, Diretor de Marketing e Comunicação Social do Banco do Estado do Paraná - BANESTADO, pelo proficiente trabalho que vem realizando naquele setor o qual, junto com as demais Diretorias, tem contribuído significativamente para os auspiciosos resultados auferidos por aquela instituição de crédito, com destaque nacional, sem paralelo em sua história.

Sala das Sessões, em 31.08.1989.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 1763

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, após audiência do Plenário, a inserção em Ata dos trabalhos de voto de congratulações às empresas paranaenses que se destacaram na seleção das "Melhores e Maiores" de 1989, da Revista Exame, a saber:

SETOR DE COMUNICAÇÕES - TV Paranaense - Canal 12.

SETOR DE AGROPECUÁRIA - Cooperativa Coamo.

SETOR DE MADEIRA E MÓVEIS - Placas do Paraná.

Requer, ainda, que deste voto se dê conhecimento aos dirigentes das empresas

premiadas, respectivamente Jornalista Francisco Cunha Pereira Filho, da TV Paranaense; Agrônomo José Aroldo Gallassini, da Cooperativa Mourãoense Ltda., e Empresário Otto Orlando Kaesemodel, da Placas do Paraná.

Sala das Sessões, em 31.08.1989.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 1764

SÚMULA: Requer envio de Votos de Congratulações ao Presidente da Cooperativa Agropecuária Mourãoense LTDA - COAMO.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido este Douto Plenário, o envio de Votos de Congratulações ao Senhor José Aroldo Galassini, Presidente da Cooperativa Agropecuária Mourãoense Ltda - COAMO - a qual se enquadrou como 40ª maior empresa brasileira, do setor privado, conforme classificação da Revista "Veja".

REQUER, ainda, a decisão desta casa, seja levada ao conhecimento da Diretoria da COAMO, em nome de seu Presidente.

Sala das Sessões, em 31.08.1989.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

A Cooperativa Agropecuária Mourãoense LTDA - COAMO -, subiu 10 pontos no "ranking" das maiores empresas privadas do país, em relação ao ano passado, saltando do 50º lugar para o 40º este ano, conforme classificação da Revista "VEJA" (nº 33 - edição 1093).

A COAMO, fundada há 18 anos, atua em 31 municípios dos Estados do Paraná e Santa Catarina, abrangendo uma área de aproximadamente 2,5 milhões de hectares e tendo capacidade de armazenamento de 20 milhões de sacas. Sua receita no ano passado foi de NCz\$ 182.082.000, o que comprova o competência de seus dirigentes. Além disso é uma das maiores arrecadadoras de ICMS do Paraná, fornecendo ainda 3500 empregos diretos.

Por outro lado a Revista Exame homenageará a COAMO, no dia de amanhã, como a melhor empresa de desempenho do setor agropecuário brasileiro, prêmio este que a Cooperativa Mourãoense recebe pela 4ª vez.

REQUERIMENTO N° 1767

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Coritiba F.C., pela conquista do Campeonato Paranaense de 1989.

Requer, outrossim, que da decisão da

Casa, seja dada ciência ao Dr. Bayard Osna Presidente daquela agremiação, para que receba e transmita a todos os Diretores, Atletas e Associados o reconhecimento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 31.08.1989.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A grandeza do Coritiba F.C., deve-se a ilustres e dedicados "Coxas" que passaram pelos cargos diretivos, de Antônio Couto Pereira a Bayard Osna.

Pela visão de suas Diretorias o Clube tem mantido uma posição atuante e participativa na vida coritibana. Graças ao espírito administrativo de seus diretores e o apoio incondicional de sua grande torcida, a trajetória vitoriosa desde 1909 quando foi fundado, tem sido motivo de orgulho para os paranaenses, sendo o principal clube futebolístico do Estado em termos de títulos e conquistas, servindo de elemento divulgador e promotor em nossa Capital e do nosso Estado.

Pelo que tem feito em favor do futebol paranaense, pela projeção que tem dado nacional e internacionalmente a Curitiba e ao Estado, o Coritiba é credor de nossa melhor homenagem quando conquista mais um Título de Campeão Paranaense de 1989, exatamente no ano do seu 80º aniversário de fundação.

REQUERIMENTO N° 1768

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos aos empresários Srs. Flórido Antonio Kowalski e João Jacob Mehl, pela iniciativa de remodelarem, ampliarem e modernizarem as antigas instalações do Hotel Dorizon, transformando em moderna Estância Hidromineral.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência aos mencionados empresários.

Sala das Sessões, em 31.08.89.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É sempre motivo de júbilo para todos nós paranaenses quando a estrutura turística do nosso Estado ganha novo serviço de apoio a esta atividade. Por isso a iniciativa dos empresários do ramo hoteleiro Flórido Kowalski e João Jacob Mehl, que remodelaram a modernizaram o antigo Hotel Dorizon, deve ser saudada como um acontecimento expressivo para o turismo paranaense, e principalmente para a Região Sul do Estado. Representa também a crença no crescimento do Paraná e no desenvolvimento

de sua potencialidade turística, descentralizada de áreas tradicionais.

O antigo hotel, localizado no município de Mallet, passa agora a uma moderna Estância Hidromineral, contribuindo também para aqueles que buscam o descanso seja como lazer ou como necessidade de saúde.

A nova direção promoveu inúmeras melhorias, novos equipamentos e total redecoração ambiental, proporcionando os méritos necessários para receber da Embratur a nova classificação: HL-3 Estrelas. Isso quer dizer que é a melhor e mais bem dotada do Estado, nada devendo inclusive aos chamados hotéis-fazenda do interior de São Paulo.

São empreendimentos como esse que dignificam o empresariado, paranaense, sendo portanto, merecedor do nosso aplauso e de nossas congratulações, porquanto reflete benefícios para a atividade turística e bem-estar aos paranaenses.

REQUERIMENTO N° 1776

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, Votos de Congratulações à Associação Comercial e Industrial de São José dos Pinhais, pela comemoração dos seus 25 anos de fundação.

Fundada em 15 de julho de 1964, a Associação Comercial e Industrial de São José dos Pinhais teve como criadores e membros da primeira diretoria os empresários Moacir Lacerda Novak, João Trevisan, Carlos Avosani, Raul Obladen, Florisvaldo Meres de Creddo e Osmar Plínio Caldeira.

Por algum tempo desativada, ela voltou a funcionar efetivamente em 1977, sob a presidência de Diógenes Ferreira de Paula. A diretoria atual, eleita para o biênio 88/90, é composta por Habib Sarkis, presidente; Ormir Bezerra, vice; Stefano Bonetti, 2° vice; Marco Aurélio Rosa, 3° vice; João Carlos dos Reis, 1° secretário; Donaldo Kaesemodel, 2° secretário; Miguel de Paula, 1° tesoureiro; Leopoldo Prêcoma Jr, 2° tesoureiro; Dalton Cordeiro, assessoria jurídica; Lourival Berti, relações públicas e Antonio Nunes Rios Jr, diretor de patrimônio.

O grande projeto da atual diretoria é a construção da sede própria da entidade, que já está em progressivo andamento. A Associação vem atuando, também, por meio do Conselho Permanente da Mulher Executiva, do Serviço de Proteção ao Crédito, do Conselho do Telex e do Conselho Comunitário de Segurança Pública de São José dos Pinhais.

Quando é comemorado um quarto de século da Associação Comercial e Industrial de

São José dos Pinhais, é preciso salientar o prestígio e o respeito que aquela entidade conquistou, não só entre a comunidade sãojoseense, mas, em todo o nosso Estado, por onde é conhecida pela sua atuação e trabalho dinâmico.

Que do teor do presente, dê-se ciência à diretoria da ACI de São José dos Pinhais.

Sala das Sessões, em 31.08.89.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 1778

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Voto de Congratulações à empresa C.R.Almeida, empresa do setor de construção civil, destaca-se como uma das maiores empreiteiras do país.

Segundo a Revista Exame, a qual em sua edição de agosto, apresentou as melhores empresas de cada setor a C.R.Almeida aparece em 1° lugar, como a empresa de maior crescimento. Como 1° lugar absoluto no ranking das melhores e maiores do Paraná, a C.R. Almeida novamente é destaque nacional.

Sala das Sessões, em 31.08.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 1779

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Voto de Congratulações à TV Paranaense - Canal 12, que pela segunda vez consecutiva e pela terceira vez nesta década conseguiu o título de "melhor empresa do setor de comunicações."

Sob a Direção do Dr. Francisco da Cunha Pereira, a Tv Paranaense tem sido motivo de orgulho para todos nós paranaenses, empresa de destaque, integrante de um dos principais grupos de comunicação de nosso Estado merecidamente brilhou no espaço onde somente os melhores aparecem.

Assim, a competência, a seriedade e a dedicação fizeram com que a TV Paranaense fosse agraciada com o título de melhor empresa do setor de comunicações.

Sala das Sessões, em 31.08.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 1773

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente o subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado ofício ao Excelentíssimo Senhor Álvaro Dias, Governador do Estado, solicitando providências quanto a reconstrução da ponte que liga Quedas do Iguaçu - Dois

Vizinhos.

Requer ainda que da decisão sejam informados todos os membros componentes da ACAMSOP e da AMSOP.

Sala das Sessões, em 31.08.89.

(a) LAURO LOBO ALCANTARA

JUSTIFICATIVA:

Até o ano de 1983, uma ponte com 500 (quinhentos) metros de comprimento e 4 (quatro) metros de largura, sobre o Rio Iguaçu, ligava Quedas do Iguaçu a Dois Vizinhos.

A ponte foi destruída quando uma enchente castigou a região e até então não foi reconstruída, apesar de estar sendo reivindicada pelos habitantes da região.

Hoje no seu lugar existe uma balsa, que do lado de Quedas do Iguaçu dista 700 (setecentos) metros do asfalto, à esquerda, do lado de Dois Vizinhos 2 (dois) quilômetros do asfalto, à direita. Os dois acessos estão sem asfalto.

A balsa só transporta veículos leves; o tempo de travessia é de 20 (vinte) minutos e transporta em média, 70 (setenta) veículos por dia.

Se a ponte existisse, pelo menos 150 (cento e cinquenta) veículos trafegariam por dia.

As atuais condições de acesso não são satisfatórias: de Quedas do Iguaçu até o rio são aproximadamente 32 (trinta e dois) quilômetros pavimentados em condições razoáveis, porém, uma barreira caída inutiliza meia pista, num trecho de 50 (cinquenta) metros.

De Dois Vizinhos até o rio, são aproximadamente 30 (trinta) quilômetros pavimentados, em mau estado de conservação.

A alternativa para os usuários e fazer o trajeto de Dois Vizinhos a Quedas do Iguaçu, pela Usina de Salto Osório, que acrescenta mais 15 (quinze) quilômetros ao trajeto.

A região é grande produtora de soja, milho, feijão e de outros produtos em menor quantidade, que são transportados tanto para beneficiamento em Ponta Grossa, quanto para exportação, ao Porto de Paranaguá; existem ainda grandes fazendas de suinocultura e avicultura, o que dispensa que enfoquemos a importância de melhoria de acesso entre os dois municípios.

O Departamento de Estradas de Rodagem da Secretaria de Estado dos Transportes, elaborou alguns estudos para viabilizar a ligação pretendida.

Desses estudos, o Anteprojeto A - concluído, pareceu-nos a solução mais viável.

Construção da ponte caída do Rio Iguaçu, com 640 (seiscentos e quarenta) metros de comprimento, mais o alteamento de Greide em segmentos do trecho, para abedecer à cota de alagamento da Barragem da Usina da Caxias.

Custo aproximado NCZ\$ 19.000.000,00 (dezenove milhões de cruzados novos), preço estimado, em agosto de 1989.

O aumento verificado na produção agrícola da região e as estimativas de aumento esperado para os próximos anos esbarram na existência de enormes dificuldades no escoamento das safras colhidas, comprometendo todo o esforço privado e do Governo neste setor.

É hora pois, de atendermos às reivindicações de uma classe que, apesar de todos os reveses vem contribuindo com um significativo quinhão de produtividade em prol do Paraná.

REQUERIMENTO N° 1745

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Abrahão Miguel, Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, consubstanciado em solicitação para que, através da Comissão Permanente de Organização de Divisão Judiciárias, seja qualificado em Distrito Judiciário, o Distrito Administrativo de Salles de Oliveira, criado pela Lei N° 7.116, de 17 de abril de 1979, no Município de Campina da Lagoa, com sede na localidade do mesmo nome.

Sala das Sessões, em 31.08.89.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento torna-se medida oportuna, já que como bem pode ser visto pela lei N° 7.116/79, que criou o Distrito Administrativo de Salles de Oliveira, este se encontra em condições tempestivas para a sua respectiva qualificação para Distrito Judiciário, além, é claro, que o desenvolvimento proveniente do árduo trabalho de sua população o qualifica e consubstancia a nossa iniciativa.

REQUERIMENTO N° 1748

Senhor presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes Doutor Heinz Georg Herwig, solicitando a pavimentação asfáltica ligando São Jorge do Patrocínio passando pela Vila Ambiental até a PR-487.

O pleito ora apresentado, representa antiga aspiração da comunidade, tendo em vista tratar-se de trecho de intenso movimento de pedestre e veículos, por ligar bairro populoso do Município à Rodovia mencionada, cujo trecho torna-se intransi-

Outrossim, votos de cumprimentos ao Ilustre Prefeito pelo proficiente trabalho que vem sendo realizado, materializado nas auspiciosas conquistas em prol do laborioso povo, cujo trabalho tem contribuído eficazmente para o crescimento da municipalidade.

Sala das Sessões, em 31.08.89.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 1757

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado votos de congratulações para com o Prefeito Municipal de Goioerê, Senhor FUAD KFFURI, ao ensejo das comemorações alusivas ao aniversário de emancipação política do Município cuja contribuição ao desenvolvimento do Paraná, vem-se acentuando a cada ano.

Registrar igualmente meus agradecimentos pelas atenções de que fui alvo junto ao Ilustre Prefeito e Senhora, quando de minhas participações às solenidades comemorativas ao evento.

Sala das Sessões, em 31.08.89.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 1758

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado votos de congratulações para com o Presidente e demais Vereadores da Câmara Municipal de Cruzeiro do Oeste, ao ensejo do 37° aniversário de Emancipação Política do Município, assim como pelo significativo trabalho realizado pelo Legislativo Municipal, materializado na doação da laboriosa comunidade cuja contribuição ao desenvolvimento sócio-econômico de Cruzeiro do Oeste, tem sido marcante ao longo de sua história.

Sala das Sessões, em 31.08.89.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 1759

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado ao Ilustríssimo Senhor Reinaldo José Rodrigues dos Santos, Mui Digno Superintendente da SUCEAM, realização de obras e serviços visando ao combate de erosão urbana no Distrito de Nilza, Município de IPORA.

Sala das Sessões, em 31.08.1989.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

O pedido em apreço, encontra respaldo no fato de que a Avenida Pipino e Rua Juvenal Cordeiro, distrito de Nilza, estão em processo acelerado de erosão.

Além disso, seus leitos carroçáveis são canais de escoamento de toda água pluvial. Assim urge sejam tomadas providências, a fim de que a pavimentação asfáltica não venha ser totalmente destruída, vez que não possui tubulações para escoamento de água.

Objetiva-se, pois, além de oferecer melhores condições de tráfego à população, prevenir venha o erário público sofrer prejuízos de monta pelos danos inevitáveis que o processo erosivo provocará em decorrência da destruição das obras de pavimentação realizadas.

Por ser de ímpar importância para a comunidade, é que trago tal proposição à apreciação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 1760

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado ao Ilustríssimo Senhor Nivaldo Passos Krüger, Mui Digno Diretor-Presidente da SANEPAR, fontes de captação de água para o distrito de Jangada, Município de IPORA.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se, o presente pedido, tendo em vista que o distrito de Jangada - abastecido atualmente, através do poço artesiano, cujo volume de água fornecido não atende às suas necessidades, necessita ter ampliado o fornecimento de água tratada.

Ressalta-se, outrossim, as condições precárias de funcionamento do referido poço artesiano, possibilitando a captação apenas algumas vezes por dia.

Dai, sugere-se estudos no sentido de verificar a possibilidade de utilização de manancial existente em propriedade rural localizada cerca de 1.800 metros da sede do Distrito.

Por ser de ímpar importância o solicitado para a comunidade, é que trago tal proposição e apreciação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 1751

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado ao Ex-

tável em períodos de chuvas constantes.

Por ser de ímpar importância o solicitado para a comunidade local, é que trago tal proposição à apreciação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 31.08.89.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 1749

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes Dr. Heinz Georg Herwig, solicitando linha de ônibus ligando São Jorge do Patrocínio à Umuarama.

Visa a solicitação em apreço proporcionar à comunidade do Município e região maior conforto e alternativa de acesso à Umuarama - cidade pólo regional -, onde se convergem os interesses dos municípios de menor porte, em face de seu comércio mais desenvolvido.

Hoje inúmeras são os transtornos vividos pela população, pela falta de opção em transporte, especialmente àqueles que vão em busca de tratamento médico.

Por ser de ímpar importância o solicitado para a comunidade local, é que trago tal proposição à apreciação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 31.08.89.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 1750

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado ao ilustríssimo Senhor DELSO JOSÉ TRENTIN, Mui Digno Diretor Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a ampliação de salas de aula na Escola Estadual São Jorge no Município de São Jorge do Patrocínio.

A atual administração vem priorizando o setor educacional do Município, dentro de suas diretrizes de trabalho. A escola São Jorge, em face do grande número de alunos não está oferecendo condições de funcionamento adequado, com prejuízos sensíveis ao aproveitamento das crianças. Urge, pois, sejam ampliadas suas instalações, de forma a que venha atender satisfatoriamente sua clientela estudantil, de molde a cumprir suas finalidades.

Sala das Sessões, em 31.08.89.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 1755

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Dr. Abrahão Miguel, Digníssimo Presidente do Tribunal de Justiça, solicitando para que seja elevado a Distrito Judiciário, o Distrito Administrativo de Salles de Oliveira, localizado no Município de Campina da Lagoa, Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 31.08.89.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

Através da Lei n. 7.116 de 16 de abril de 1979, foi criado o Distrito Administrativo de Salles de Oliveira, localizado no Município de Campina da Lagoa-PR.

Desde então, verificou-se um significativo crescimento populacional naquele Distrito que tem a sua economia baseada na agropecuária.

Com dados do ano de 1988, podemos dizer que o Distrito Administrativo de Salles de Oliveira, conta com uma população estimada em 4.721 habitantes.

Na Escola Estadual "Floriano Peixoto" de 1° e 2° Graus, estão matriculados um total de 543 alunos.

Na área agrícola, o Distrito Administrativo de Salles de Oliveira destaca-se, principalmente, no cultivo do algodão (70.000 arrobas/ano); soja (28.000 sacas/ano); milho (35.000 sacas/ano) e trigo (12.000 sacas/ano). Outros tipos de cultura, também, tem sua força, tais como a do feijão, mandioca, inhame, batata-doce, etc., etc.,

Possui um rebanho de 12.000 cabeças de gado vacum entre os quais, excelente gado leiteiro, com a produção de 3.000 litros/dia de leite. Também a produção de suínos é bem desenvolvida.

O Distrito Administrativo de Salles de Oliveira, conta com uma diversidade de produção quer na agricultura ou na pecuária.

Por tudo isto é plenamente justificada a pretensão dos habitantes daquela comunidade que aspiram que o Distrito Administrativo seja elevado para Distrito Judiciário de Salles de Oliveira.

REQUERIMENTO N° 1756

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER; após manifestação do Plenário, seja oficiado votos de congratulações para com o Prefeito Municipal de Cruzeiro do Oeste, Senhor Antonio Alberto Scoparo, pelo transcurso do aniversário de Emancipação Política do Município, assim como pela esmerada organização dos festejos comemorativos.

celentíssimo Senhor Secretário de Estado e Desenvolvimento Urbano Roberto Requião, solicitando a perfuração de um poço artesiano na Chácara Municipal de São Jorge do Patrocínio.

Justifica-se o presente pedido do Ilustre Prefeito, tendo em vista seu objetivo de propiciar à população local, principalmente a de menor poder aquisitivo acesso à água tratada, como meio de prevenir o crescimento de doenças parasitárias entre as crianças, fenômeno que se verifica acentuadamente em face do uso de águas impróprias ao consumo. Pelo motivo exposto e por considerar de grande importância o solicitado para a população local, é que trago tal proposição à apreciação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 31.08.1989.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 1752

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes Doutor Heinz Georg Herwig, solicitando a construção de uma ponte na Estrada Colina que liga o Município de São Jorge do Patrocínio a Altônia.

A pretensão da comunidade, que ora representa tem como escopo proporcionar condições de tráfego nessa importante via de comunicação do Município com seu exterior.

A considerar ainda tratar-se de região iminentemente agrícola, e que contribui com uma parcela significativa da produção agropecuária do Paraná. A edificação da citada ponte irá facilitar, em muito, o transporte da produção, com acesso a outras localidades, o que representará uma economia sensível aos que dela necessitam.

Por ser de ímpar importância o solicitado para a comunidade local, é que trago tal proposição à apreciação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 31.08.1989.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 1769

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção nos Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, do conteúdo de documento em anexo que trata das Conclusões que resultaram do VIII Encontro Paranaense de Suinocultores, levado a efeito em 21 de Julho de 1989, em Arapongas/Pr.

Sala das Sessões, em 31.08.1989.

(a) ORLANDO PESSUTI

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 222/89

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a doar à União dos Escoteiros do Brasil, região do Paraná, para uso do Grupo Escoteiro Marechal Rondon, a área "B", da planta n° 101-01006-2/2 - CPE - situada no Bairro do Ahú, nesta Capital, com registro na 2ª Circunscrição de Registro de Imóveis, sob n° 38.160.

Art. 2° - O Poder Executivo, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da publicação desta Lei, tomará as providências necessárias à efetivação da doação a que se refere o artigo anterior.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31.08.1989.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

Em 08 de julho de 1985, através de um contrato de comodato, firmado entre a União dos Escoteiros do Brasil UEB/PR e o Governo do Estado do Paraná, o grupo Escoteiro Marechal Rondon, passou a ocupar a área, objeto do presente plano de Lei, sendo que neste período vem desenvolvendo um projeto pioneiro, que é a restauração Patrimônio Histórico do local, preservando diversas casas centenárias da colonização polonesa, com mão-de-obra e técnica exclusiva de meninos da faixa etária entre 11 e 18 anos, que utilizam seus próprios recursos para a manutenção do projeto.

O Grupo Marechal Rondon, hoje acolhe no movimento escoteiro mais de 140 famílias, sendo que a área é utilizada comunitariamente por mais de 500 pessoas.

Um movimento que há mais de quatro gerações vem educando gratuitamente jovens, sem contar com verbas governamentais à sua sustentação, merece que o Estado doe pelo menos o local para a expansão do Escotismo.

O Escotismo é um movimento educacional para jovens, com a colaboração de adultos voluntários, que valoriza a participação de pessoas de todas as origens sociais, raças e crenças, de acordo com o propósito, Princípios e Métodos Escoteiros, concebidos por Baden Powell, visando contribuir para que jovens assumam seu próprio desenvolvimento, especialmente do caráter, ajudando-os a realizar suas plenas potencialidades físicas, intelectuais, sociais, afetivas e espirituais, como cidadãos responsáveis, participantes e úteis em suas comunidades.

Sendo assim solicitamos o apoio

dos nobres pares com assento nesta Casa de Leis, ao Projeto de Lei em tela.

PROJETO DE LEI N° 223/89
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica doada à Prefeitura Municipal de Presidente Castelo Branco, a data de terras sob n° 1, da quadra n° 1, com 1.600:00 m2 (hum mil e seiscentos metros quadrados), da Vila Boa Vista, situada no Município de Presidente Castelo Branco.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31.08.89.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

A área que se pretende doar à Prefeitura Municipal de Presidente Castelo Branco, situa-se no lugar denominado Vila Boa Vista, no Município de Presidente Castelo Branco, sob - n° 1, da quadra n° 1, com área de 1.600:00 (hum mil e seiscentos metros quadrados), cuja escritura foi lavrada a título de doação ao Governo do Estado do Paraná, às Fls. 287/288, do livro n° 5, do tabelião de Florai, Estado do Paraná, em 04 de dezembro de 1963, doação feita por Joaquim Marotti e sua mulher dona Albertina Braz Marotti e Geraldo Marotti e sua mulher dona Maria Benedita de Oliveira Marotti.

Tal doação deu-se em virtude da construção de prédio para funcionamento do Ginásio Estadual do lugar denominado Vila Boa Vista.

Em virtude da total evasão de sua população rural, o recém-criado Distrito de Boa Vista, ficou totalmente invibilizado, provocando inclusive a extinção do povoado e a demolição dos prédios ali existentes, destinados à escola pública e à igreja.

Em virtude de tais fatos, voltou aquela área a incorporar o imóvel rural do qual havia sido destacado.

O Município de Presidente Castelo Branco, desde algum tempo concentra os estudantes de 1° e 2° grau na sede do município, mas para que isto pudesse ser possível, teve que adquirir especialmente para esta finalidade varios ônibus e microônibus, que em muitos oneram os cofres da municipalidade.

Por tais fatos, pretendemos seja o referido imóvel doado ao Município de Presidente Castelo Branco, para que este possa permutá-lo com uma área menor e melhor localizada, onde o Município irá construir algumas salas de aula de 1° grau, para aquela região rural.

O principal objetivo do município, além de ampliar e melhor localizar o seu

complexo educacional, e diminuir sensivelmente as despesas com o transporte dos escolares até a sede do município, canalizando a economia com tal medida, para outras necessidades do Município.

Pelos motivos acima expostos, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares, para a aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI N° 224/89
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Artigo 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proprietários e Moradores do Conjunto Residencial Fazendinha - APROMOCARF com foro nesta cidade de Curitiba e sede à Rua Carlos Klemtz, 1.201.

Artigo 2° - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação em Diário Oficial, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31.08.89.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Temos a grata satisfação de intermediar o requerimento de utilidade pública da Associação de Proprietários e Moradores do Conjunto Residencial Fazendinha, APROMOCARF, nesta egrégia Casa de Leis.

A referida entidade é sociedade civil, de duração ilimitada, de âmbito local, fundada em 15 de março de 1987, com sede e foro no lugar denominado: conjunto residencial Fazendinha, sita à rua Carlos Klemtz, 1201 no bairro do Portão, distrito de Curitiba, município do mesmo nome, Estado do Paraná.

Dentre os objetivos da Associação, destaca-se o propósito em trabalhar persistentemente, junto aos órgãos do governo municipal, estadual e federal, no sentido de conseguir melhoramentos quando for o caso, em prol da comunidade do Conjunto Residencial Fazendinha.

Grande tem sido a luta da Associação, nos dois anos da sua existência, representando o interesse dos seus associados e, conseqüentemente, do conjunto residencial Fazendinha, junto ao Poder Judiciário, em todas as suas instâncias, quando necessário.

Reconhecer tal entidade como de utilidade pública é, nada mais, nada menos, que reconhecer como de utilidade pública o trabalho que vem desenvolvendo em favor da comunidade do conjunto Fazendinha, revertido em reais e relevantes conquistas para todos os moradores.

Diante disto, confiamos no apoio dos nobres pares nesta Casa, no sentido de aprovar o presente plano de lei.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação da Procuradoria Geral da Justiça", com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta Lei, entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31.08.89.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

JUSTIFICATIVA:

A Associação Beneficente dos Servidores do Procuradoria Geral da Justiça, sediada no 6º andar do Prédio do Palácio da Justiça, nesta Capital, foi fundada aos 04 de julho de 1986, com a finalidade de desenvolver atividades voltadas à promoção humana, como a assistência a servidores carentes, conscientização do espírito associativista e divulgação da cultura folclórica paranaense.

Sua ação estende-se não só aos funcionários a ela associados, como também aos demais familiares que participam de suas campanhas e promoções. Campanhas como a de agasalhos, calçados, alimentos e material escolar, beneficiam sobremaneira, dezenas de pessoas carentes.

Com referência às promoções, várias festas são realizadas, procurando sempre atender nosso calendário folclórico.

A Associação Beneficente dos Servidores da Procuradoria Geral de Justiça, tem seus estatutos registrados desde 15.07.86, desenvolvendo seus trabalhos sem qualquer finalidade lucrativa. É lido o expediente.

Não havendo Deputados inscritos no Pequeno Expediente nem no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Consulta à Liderança do PL se fará uso do seu tempo.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PT.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PRN.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PTB.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PTN.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PRP.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PFL.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PDS.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PDC.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PDT.

Com a palavra o Deputado Algaci Túlio, por cinco minutos.

Curitiba, quinta, em 31.08.89

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Serei breve, atendendo os apelos dos demais companheiros aí, porque na verdade terminando a sessão aqui, teremos reunião do Colegiado de Líderes da Assembléia Nacional Constituinte.

Mas, faço apenas uso da tribuna, agora, para transmitir aqui e aos demais Parlamentares, a insatisfação e o protesto dos servidores públicos do Estado do Paraná, pelas últimas medidas tomadas pela Superintendência do Instituto de Previdência do Estado do Paraná, o IPE.

Hoje há um clima de revolta em função dessas medidas que obrigam o servidor público do Estado a pagar qualquer tipo de exame que venha a fazer junto ao Instituto de Previdência do Estado do Paraná. E há quem diga que o Instituto está falido; há quem diga que essa cobrança, até certo ponto violenta, vem para tentar cobrir roubos de administrações passadas dentro do Instituto de Previdência do Estado.

E é por esta razão que eu tenho nesta Casa, tramitando aqui, há mais de dois anos até hoje ninguém me explica porque é que este projeto está parado; já tentamos movimentá-lo e está difícil. O projeto que visa exatamente dar o direito ao servidor público do Estado assumir a Superintendência do IPE, evitando-se que o Governo do Estado do Paraná utilize o cargo de Superintendente como cargo de confiança.

O Instituto é do servidor. O Instituto é do servidor que paga as suas contribuições. A ele compete o gerenciamento daquele Instituto. E é por esta razão que eu venho aqui hoje, e vou voltar na semana que vem com mais informações, com pedido de informações, se for necessário, até solicitar uma auditoria para que se saiba a situação hoje do IPE que, ao que tudo indica, está numa situação calamitosa e agora vem com esta norma baixada, de obrigar ao servidor que for ao Instituto e o médico diagnosticar que tem que fazer um exame, seja lá que tipo for o exame, é obrigado a pagar 30% do exame.

Parece-me que é uma atitude violenta em cima do servidor.

Eu prometo voltar na sequência das próximas sessões e abordar este assunto, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) - Consulta à Liderança do PSDB se fará uso de seu tempo.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PMDB.

Havendo declinado, passamos à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 54 Senhores Deputados.

HERMAS BRANDAO
Relator

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n° 43/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 20/89), que autoriza o Poder Executivo a alienar a DINOR BENAZZI, a área de terras devolutas com 201 hectares, incorporadas ao patrimônio do ITCF, no Município de Marilena-PR. Aprovado.

PROJETO DE LEI N° 43/89

REDAÇÃO FINAL

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a alienar a DINOR BENAZZI, na forma do Art. 21, inciso VIII, alínea "c", da Constituição Estadual, a área de terras devolutas com 201 hectares, incorporada ao patrimônio do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas do Estado do Paraná - ITCF, na forma da Lei Estadual n° 7.055, de 4 de dezembro de 1978, constituída pelos lotes n.ºs 95 e 95-A, integrantes da Gleba Margem Direita do Ribeirão Areia Branca, Município de Marilena, objeto das matrículas n.ºs 3.917 e 3.918, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Nova Londrina, que somada às áreas ao mesmo já tituladas, perfazem o total de 667,20 hectares.

Art. 2° - O valor total arrecadado, pela alienação referida no art. 1°, constituirá receita do Fundo de Desapropriação e Colonização, destinado à aquisição de novas áreas para assentamentos.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28.08.89.

(aa) PIRAJÁ FERREIRA
Presidente

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 320/88, de autoria do Deputado CÂNDIDO BASTOS, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA VILA PRIMAVERA", com sede e foro no Município de Guapuva. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 143/89, de autoria do Deputado JOSÉ AFONSO JÚNIOR, que denomina Rodovia JAMIL MUCHAILI, a Rodovia PR-218 no trecho compreendido entre os Municípios de Ribeirão do Pinhal e Nova Fátima. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 160/89, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE PAIS E AMIGOS DO CENTRO SOCIAL E INFANTIL MARIA JOSÉ COUTINHO CAMARGO", conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 174/89, de autoria do Deputado ARTAGÃO MATTOS LEAO, que altera o art. 1°, da Lei n° 8947, de 05 de abril de 1989. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Em REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 194/89, de autoria da Deputada AMÉLIA HRUSCHKA, que autoriza a criação do Instituto do Coração do Estado do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.S.P., por unanimidade. Em REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 250/88, de autoria do Deputado PIRAJÁ FERREIRA, que denomina "ANTÔNIO GASPARIN", o trecho da Rodovia que liga Colombo a Baçaetava. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 253/88, de autoria do Deputado NESTOR BAPTISTA, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO CIVIL DOS SERVIDORES PÚBLICOS E EMPRESAS ESTATAIS - ASSOCIPE", com sede e foro nesta Capital. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.D.C., por unanimidade. Em REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 255/88, de autoria do Deputado NESTOR BAPTISTA, que declara de Utilidade Pública o

"CENTRO DE ORIENTAÇÃO E CONTROLE DE EXCEPCIONAIS DE CURITIBA", com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 40/89, de autoria do Deputado RAUL LOPES, que declara de Utilidade Pública a "UNIAO SOCIAL DOS CABOS E SOLDADOS DA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ". Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Em REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 94/89, de autoria do Deputado PEDRO TONELLI, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DE VILA ANTONIETA", com sede e foro no Município de Piraquara, Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Em REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 210/88, de autoria do Deputado ARTAGÃO MATTOS LEÃO, que denomina "RENÔ JOÃO NEVES", a Rodovia PR-438, que liga a sede do Município de Teixeira Soares até a BR-277, naquela municipalidade. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. n° 78, de 28.06.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 210/88

PARECER:

O presente plano de lei, de autoria do ilustre Deputado Artagão Mattos Leão, visa denominar "RENÔ JOÃO NEVES", a Rodovia PR-438, que liga a sede do Município de Teixeira Soares até a BR-277, naquela municipalidade.

O projeto de lei está devidamente justificado nos termos do Regimento Interno e de acordo com as normas vigentes.

Assim sendo, nada há que possa impedir a sua normal tramitação por esta Augusta Casa de Leis.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO. É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.09.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente
CÂNDIDO BASTOS
Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI N° 210/88

PARECER:

O Projeto de Lei n° 210/88, de autoria do ilustre Deputado ARTAGÃO MATTOS LEÃO, que visa denominar "RENÔ JOÃO NEVES" a Rodovia PR-438 que liga a sede do Município de Teixeira Soares até a BR-277, naquele

município, não visa apenas homenagear uma pessoa, mas demonstrar o carinho e a gratidão pelos relevantes serviços prestados a comunidade, devolvendo com trabalho a confiança que nele depositaram.

O projeto de lei está devidamente justificado nos termos do Regimento Interno deste Poder Legislativo e de acordo com as normas vigentes, e nada há que possa impedir a sua normal tramitação por esta Augusta Casa de Leis.

Assim sendo, o nosso parecer é favorável, opinando pela sua aprovação.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 07.06.89.

(aa) ACYR MEZZADRI
Presidente
ANTÔNIO BARBARA
Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 227/88, de autoria do Deputado LUIZ ANTONIO SETTI, que declara de Utilidade Pública a Loja Maçônica "OBREIROS DE ABATIÁ", com sede e foro na cidade da Abatiá. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.D.C., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. n° 79/88, de 09.08.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 227/88

PARECER:

De autoria do ilustre Deputado LUIZ ANTONIO SETTI, objetiva o presente plano de lei declarar de Utilidade Pública a "LOJA MAÇÔNICA OBREIROS DE ABATIÁ", com sede e foro na Cidade de Abatiá-Estado do Paraná.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela Aprovação do presente plano de lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões em 10.05.89.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO
Presidente
CÂNDIDO BASTOS
Relator

COMISSÃO DE DEFESA AO CONSUMIDOR
PROJETO DE LEI N° 227/88

PARECER:

Vindo a esta Comissão para dar o seu devido parecer, o presente Projeto de Lei n° 227/88, de autoria do nobre Deputado Luiz Antonio Setti, que visa declarar de UTILIDADE PÚBLICA a Loja Maçônica "OBREIROS DE ABATIÁ", com sede e foro na Cidade de Abatiá.

A citada entidade através da documentação anexada ao projeto de lei em tela,

principalmente pelo Relatório de Atividades, vem realmente confirmar ter interesse para o consumidor a sua declaração de Utilidade Pública Estadual.

Assim sendo, de conformidade com a Resolução n° 26/83, que cria e reza da competência desta Comissão de Defesa ao Consumidor, é o nosso parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.06.89.

(aa) LINDOLFO JÚNIOR

Presidente

IRONDI PUGLIESI

Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 228/88, de autoria do Deputado EDMAR LUIZ COSTA, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES FÍSICOS DE PONTA GROSSA", com sede e foro nesta cidade. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.D.C., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. n° 79/88, de 09.08.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 228/88

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado EDMAR LUIZ COSTA, objetiva o presente plano de lei declarar de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES FÍSICOS DE PONTA GROSSA", com sede e foro na cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

A supra citada entidade, atende plenamente ao disposto na Lei n° 6994, de 1° de janeiro de 1978, lei que define as normas para declaração de Utilidade Pública, das entidades que pretendem tal benefício.

Por tal fato, manifestado o nosso parecer FAVORÁVEL, nos permitindo ainda opinar favoravelmente pela aprovação da referida matéria.

Sala das Comissões em 20.10.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

CAÍTO QUINTANA

Relator

COMISSÃO DE DEFESA AO CONSUMIDOR
PROJETO DE LEI N° 228/88

PARECER:

Vindo a esta Comissão para dar o seu devido parecer, o presente Projeto de Lei n° 228/88, de autoria do nobre Deputado Edmar Luiz Costa, que visa declarar de UTILIDADE PÚBLICA a ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES FÍSICOS DE PONTA GROSSA.

A citada entidade através da documentação anexada ao projeto de lei em tela, principalmente pelo Relatório de Atividades, vem realmente confirmar ter interesse para o consumidor a sua declaração de Utilidade Pública Estadual.

Assim sendo, de conformidade com a Resolução n° 26/83, que cria e reza da competência desta Comissão de Defesa ao Consumidor, é o nosso parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

Assim sendo, de conformidade com a Resolução n° 26/83, que cria e reza da competência desta Comissão de Defesa ao Consumidor, é o nosso parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.06.89.

(aa) LINDOLFO JÚNIOR

Presidente

LEONIDAS CHAVES

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 229/88, de autoria do Deputado RAFAEL GRECA DE MACEDO, que declara de Utilidade Pública a CRECHE DA IGREJA AMBIENTAL - CREIA" com sede e foro nesta Capital. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.D.C., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. n° 79/88, de 09.08.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 229/88

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado RAFAEL GRECA DE MACEDO objetiva o presente plano de lei declarar de Utilidade Pública a CRECHE DA IGREJA AMBIENTAL - CREIA", com sede nesta Capital.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela Aprovação do presente plano de lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões em 02.05.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS

Presidente

GERNOTE KIRINUS

Relator

COMISSÃO DE DEFESA AO CONSUMIDOR
PROJETO DE LEI N° 229/88

PARECER:

Vindo a esta Comissão para dar o seu devido parecer, o presente Projeto de Lei n° 229/88, de autoria do nobre Deputado Rafael Greca de Macedo, que visa declarar de UTILIDADE PÚBLICA a "CRECHE DA IGREJA AMBIENTAL - CREIA", com sede e foro nesta Capital.

A citada entidade através da documentação anexada ao projeto de lei em tela, principalmente pelo Relatório de Atividades, vem realmente confirmar ter interesse para o consumidor a sua declaração de Utilidade Pública Estadual.

Assim sendo, de conformidade com a Resolução n° 26/83, que cria e reza da competência desta Comissão de Defesa ao Consumidor, é o nosso parecer FAVORÁVEL, opi-

nando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.06.89.

(aa) LINDOLFO JÚNIOR

Presidente

IRONDI PUGLIESI

Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 248/88, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que denomina "ARY BORBA CARNEIRO" o trecho da Rodovia que liga o Município de Cândido de Abreu ao de Grandes Rios. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.O.P.T.C., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. n° 92/88, de 12.09.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 248/88

PARECER:

O projeto em apreço, de autoria do Deputado Anibal Khury, propõe denominar "ARY BORBA CARNEIRO", o trecho da Rodovia que liga o Município de Cândido de Abreu ao de Grandes Rios.

Em sua justificativa, o autor revive o quadro biográfico do homenageado, desde o início de sua vida escolar e a transformação em líder político do Município de Cândido de Abreu, participando ativamente de todos os movimentos que objetivaram a criação, primeiramente, do Distrito de Cândido de Abreu e, posteriormente, a sua conseqüente emancipação administrativa.

Trata-se, "in casu", de se prestar uma justa e merecida homenagem àqueles que, em vida, desenvolveram um trabalho sério e meritório à comunidade, não apenas como cidadão comum, mas, sobretudo, como homem público e renomado político.

Nestas condições, levando em conta a inexistência de óbices de ordem legal, constitucional ou regimental, o parecer é favorável a sua aprovação por esta Casa de Leis.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 22.11.88

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

JOSÉ AFONSO JÚNIOR

Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,

TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PROJETO DE LEI N° 248/88

PARECER:

De autoria do ilustre Deputado ANIBAL KHURY, o projeto de lei em tela propõe DENOMINAR "ARY BORBA CARNEIRO", o trecho da Rodovia que liga o Município de Cândido de Abreu ao de Grandes Rios.

Da Comissão de Constituição e Justiça, a presente proposta veio a receber pronunciamento FAVORÁVEL, dada a inexistência de

óbices de natureza legal, constitucional ou regimental à presente proposta.

Trata-se de uma homenagem justa a um cidadão que participou ativamente da criação e posteriormente da emancipação administrativa deste Município. Além do que desenvolveu um trabalho sério e meritório à sua comunidade, não apenas como simples cidadão mas como homem público e político renomado.

Esta Douta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, chamada a opinar em conformidade com o artigo 53 do Regimento Interno, vem a seguir o entendimento da Comissão supra citada, vindo assim a se pronunciar FAVORAVELMENTE pela proposta ora analisada.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO. É o PARECER.

Sala das Comissões, em 07.06.89

(aa) ACYR MEZZADRI

Presidente

NELSON VASCONCELLOS

Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 149/89, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que concede o Título de Cidadão Honorário aos Senhores CHAIM LEIB KNOFFHOLZ e JOSÉ T. KNOFFHOLZ. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. n° 55, de 20.06.89).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER:

Examinando as peças componentes do projeto ora analisado, verificamos que atende aos pressupostos da homenagem que se pretende prestar aos nominados não havendo, pois, obstáculos à normal tramitação da matéria.

O parecer deste Relator da Comissão de Constituição e Justiça é, pois, FAVORÁVEL.

Sala das Comissões, em 01.08.89

(a) JOÃO ARRUDA

Presidente e Relator

Sobre a mesa requerimento de n° 1774, de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, com apoio do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1772, de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1771, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1754, de autoria do Senhor Deputado Pirajá Ferreira, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1755, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1762, de autoria da Sra. Deputada Vera Agibert, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1744, de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1770, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente.- Retirado pelo autor.

Requerimento de n° 1745, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1748, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1749, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1769, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de n° 1768, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1767, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1756, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1757, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1758, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1759, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1760, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1761, de autoria do Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1763, de autoria do

Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1764, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1755, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1750, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1751, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1752, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1753, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1779, de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1778, de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1776, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1773, de autoria do Senhor Deputado Lauro Lobo Alcantara, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1766, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente.- Aprovado.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, nós solicitamos, embora seja matéria já vencida, que Vossa Excelência nos anuncie a que se refere o projeto a que o Deputado Djalma de Almeida César pediu regime de urgência.

Gostaríamos que Vossa Excelência nos informasse, é matéria aprovada anteriormente.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) - (Lê o requerimento).

Deputado Orlando Pessuti, requer envio de expediente.

O SR. NILTON BARBOSA (Para discutir)

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) -
Adia-se na forma regimental.

Requerimento de n° 1780, de autoria do
Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante
do expediente. - Aprovado. À Diretoria Le-
gislativa.

Nada mais havendo a tratar, marcamos
para sexta-feira.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN (Pela Ordem)
Senhor Presidente, gostaria que os
líderes chegassem a um entendimento quanto
à reunião da Constituinte, se faremos Ses-
são da Constituinte ou se faremos reunião
de Lideranças amanhã.

Pelo entendimento de Lideranças, have-
rá então, reunião de Lideranças amanhã,
sexta-feira, pela manhã e a tarde, não
havendo, portanto, Sessão da Constituinte?
Perfeito. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) -
Amanhã, então, sexta-feira, dia
01.09.89, às 14:30, Sessão Ordinária, com
a seguinte Ordem do Dia:

O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI (Pela Ordem) - Se-
nhor Presidente, eu gostaria que fosse
enviado à Câmara dos Deputados em Brasi-
lia, o voto de louvor pela atitude daque-
les Parlamentares da Comissão Executiva
daquela Casa de Leis, em ter aprovado no
Regimento Interno, a proibição de fumar em
Plenário.

E gostaria que esta Casa, já sabendo
que a Casa maior de Leis deste país tomou
esta decisão, que faça implantar imediata-
mente, antes da votação do Regimento In-
terno desta Casa, que seja proibido o uso
do fumo neste Plenário, não só dos Senho-
res Deputados, como de funcionários, para
que nós, não fumantes, que somos a maio-
ria, possamos respirar ar puro e não como
esta semana que foi a semana dedicada ao
não fumante, ficamos sabendo da gravidade
de nós aspirarmos a fumaça desprendida dos
pulmões já, talvez, até tubérculos, dos
Deputados fumantes, que nós não queremos
comprometer a nossa saúde e a de nossos
filhos.

Eu peço que Vossa Excelência passe, a
partir da sessão de amanhã, a adotar esta
medida moralizadora e que é salutar para a
saúde de todos nós. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) -
A Mesa registra o apelo de Vossa Exce-
lência e fará um apelo à Mesa Executiva
para que sejam tomadas as providências
neste sentido.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Eu
quero, não só em meu nome, mas em nome

do ex-Deputado José Domingos Scarpellini,
atual prefeito de Apucarana, parabenizar a
decisão do Deputado Antônio Annibelli.
Muito obrigado.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Senhor Presidente,
para registrar a minha solidariedade
total à manifestação do Deputado Antô-
nio Martins Annibelli.

Realmente é o momento de nós nos preo-
cuparmos com a nossa saúde e considerando
até a situação estressante que vivemos no
Plenário, que deve ser diminuída. E Vossa
Excelência como eminente médico sabe deste
problema todo que nós passamos quando es-
tamos em Plenário.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) -
Perfeitamente.

O SR. NILTON BARBOSA (pela Ordem) - Senhor
Presidente, eu como fumante respeito a
solicitação do Deputado Antônio Annibelli,
porque sempre respeitei. De repente esta-
mos em determinado local e deixamos de fu-
mar por ter a maioria que não são fuman-
tes.

Agora, seria lógico e justo que fosse
determinada então uma sala aqui ao lado do
Plenário para que os Deputados fumantes
possam ter a liberdade de saciar o seu ví-
cio.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) -
Perfeitamente. Está registrado também
o apelo de Vossa Excelência.

Nada mais havendo a tratar, declaro
encerrada a presente sessão, marcando ou-
tra para sexta-feira, dia 01 de setembro,
à hora regimental, com a seguinte:

ORDEM DO DIA

3.^a DISCUSSÃO
Dos Projetos de Lei n°s 250/88
253/88
255/88
40/89
94/89

2.^a DISCUSSÃO
Dos projetos de Lei n°s 210/88
227/88
228/88
229/88
248/88
149/89

1.^a DISCUSSÃO
Dos Projetos de Lei n°s 147/88
187/88
193/88
196/88
132/89

Levanta-se a sessão

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ORLANDO PESSUTI, EM SESSÃO DO DIA 31 DE AGOSTO DE 1989.

"A IMPORTAÇÃO DA CARNE SUÍNA
UM ATENTADO À NAÇÃO"

Novamente o suinocultor brasileiro está sendo traído e prejudicado pelas importações criminosas realizadas por alguns grandes grupos econômicos, que exploram a suinocultura, com a conivência do Governo Federal.

Ficam as seguintes perguntas:

- 1) Será que o consumidor foi beneficiado?
- 2) Quanto ao fornecimento de matéria prima às indústrias, será que estava faltando, quando somente uns poucos grupos importaram?
- 3) Quanto à produção, depois de 2 anos de prejuízo será que o produtor não pode equilibrar economicamente a sua produção e se sentir estimulado para produzir mais e atender a demanda do consumidor e gerar renda para o próprio governo (ICMS), fábricas de ração (mais alimentos consumidos), indústrias frigoríficas (mais animais abatidos) e a própria economia de maneira geral?
- 4) Quanto ao governo, quanto deixou de ser arrecadado pela isenção do imposto de importação e quanto deixará de ser arrecadado com uma diminuição da produção com nova crise da suinocultura?
- 5) Por que a CACEX tem se negado a fornecer os dados dos processos de importação às entidades representativas da população, como a Associação Brasileira de Criadores de Suínos, e a Órgãos Oficiais dos Estados?

Algumas conclusões são claras e denun-

ciamos à nação esse processo espúrio e que só beneficia:

* Alguns grupos Industriais e Comerciais que adquirem carne suína pelo preço de liquidação dos países europeus (carne congelada com prazo de vida útil quase vencendo) e ainda com isenção de impostos, aumentando a sua margem de lucros, não repassando nenhuma vantagem ao consumidor (que continua a pagar o mesmo preço) e ainda penalizando milhares de produtores.

* Os irresponsáveis impatrióticos que ocupam cargos no Governo Federal, que são coniventes, deixando margem a que se conclua que estão se beneficiando pessoalmente do processo de facilitação.

Os suinocultores de todo o Brasil fazem essa denúncia à população e deixam claro que não irão desistir da luta para preservar a possibilidade de continuar produzindo e combater os processos impatrióticos e desonestos, como esse da importação de carne suína.

Que o governo tome vergonha e cesse imediatamente a liberação da importação, que já ultrapassou 60.000 toneladas e não se sabe aonde vai parar.

Que as indústrias que dizem que querem estimular a produção e ajudar os suinocultores através de projetos mirabolantes de integração, tenham o mínimo de coerência e não participem "POR BAIXO DO PANO" desse processo desonesto.

VIII ENCONTRO PARANAENSE DE SUINOCULTORES

Arapongas, 21 de julho de 1989.

Associação Brasileira de Criadores de Suínos

Associação de Criadores de Suínos do Rio Grande do Sul

Associação Catarinense de Criadores de Suínos

Associação Paranaense de Suinocultores